



Município[®]



Handwritten signature in purple ink.

Relatório e Contas 2020

h
35
H.



2
35
28

ÍNDICE

1	Órgãos Sociais.....	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2.	Atividade Desenvolvida.....	9
2.3.	Certificações Técnicas e marcas registadas	32
2.4.	Recursos Humanos	34
2.5.	Evolução Económico-Financeira	40
2.6.	Proposta de aplicação de resultados.....	52
3	Contas do exercício	55
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020.....	64

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep.CM Oeiras

Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep.CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep.Diz & Associados,SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118

Relatório de Gestão 2020

2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2020.

R
BS
A

2.1. Mensagem do Diretor Geral

A mensagem do ano passado, dava conta do melhor ano de sempre em termos de faturação da sociedade, alicerçado em grande parte nos contratos de Moçambique, registando-se no 6º ano consecutivo de Resultados Antes de Impostos positivos. Em pouco mais de um ano, tudo mudou, o referido projeto parou por responsabilidade do cliente, que tem atrasado significativamente o pagamento dos trabalhos já realizados. A COVID-19, teve certamente a sua quota parte para justificar os atrasos verificados nos pagamentos que vão ocorrendo, mas de forma muito lenta, o que tem originado um esforço de tesouraria, sem precedentes. No território nacional, também originado pela pandemia, verificou-se que comercialmente deixou de ser possível atuar da mesma forma, tornando-se todos os processos de prospeção, mais lentos e muitas vezes, sem qualquer tomada de decisão. Como se a situação pandémica não bastasse, para contribuir para a quebra de adjudicações, também fomos penalizados pela variação cambial negativa do metical, com perdas a rondar os 30%, situação que nos últimos 4 anos nunca tinha ocorrido, apresentando-se o metical como uma moeda estável. Caso a interrupção do projeto por parte do cliente, não tivesse ocorrido, estaríamos naturalmente a salvo desta desvalorização, uma vez que já teríamos recebido e fechado o projeto.

A nível operacional, em particular nos trabalhos de campo, tudo se tornou mais lento e mais difícil de concretizar, com quebras nas margens dos projetos muito acentuadas. Outro exemplo que ilustra bem as dificuldades que atravessámos em 2020, foi o número de horas voadas que sofreu uma quebra muito acentuada face ao ano transato (-77%).

Estas descidas acentuadas, quer de procura originadas pela pandemia, quer da economia no seu geral, a nível nacional e internacional, não permitiram manter os indicadores de desempenhos dos últimos 6 anos conduzindo-nos a um Resultado Antes de Impostos de -1.465.221 euros

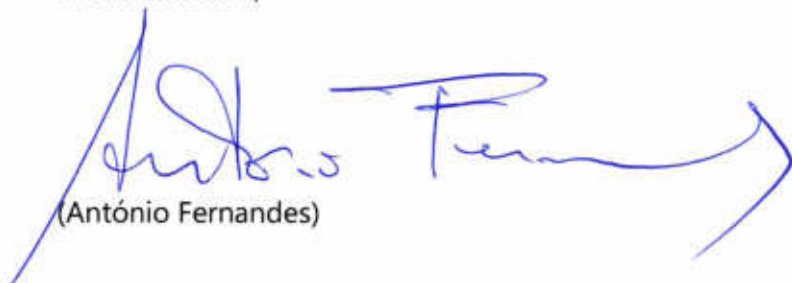
Foi um ano atípico, onde tudo se tornou volátil, incerto, complexo, imprevisível e que arrastou grande parte das empresas, grandes e pequenas, para uma situação sem precedentes. Apesar desta incerteza, foi possível com os primeiros indicadores disponíveis dos primeiros meses do ano de 2021, verificar sinais muito positivos. A recuperação da valorização do Metical, a pandemia não afetou significativamente o mercado Moçambicano, em particular porque se trata de uma população muito jovem, o que tem permitido que as instituições estejam em funcionamento, permitindo a curto prazo retomar a atividade e os projetos, quer os em curso, quer os que se encontram em análise para atribuição, de forma a dar continuidade à estratégia traçada.

Para 2021, para além dos serviços tradicionais, teremos que capitalizar os projetos diferenciadores como o Uniquepaths, a Central de Compras CONNECT® e reforçar a oferta dos serviços digitais que temos disponíveis desde março de 2020, altura em que ajustamos os serviços à realidade, que desde então vivemos. Temos uma equipa diversificada e altamente qualificada,

que a partir das suas casas, nunca deixou de servir os nossos clientes, pelo que, esperamos que o próximo ano seja mais profícuo e nos traga os resultados que alcançamos nos últimos 6 anos de atividade.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2021

O Diretor Geral,


(António Fernandes)

L
BZ

D

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

Como todos sabemos, 2020 foi um ano atípico em todas as suas vertentes.

A Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) iniciou o teletrabalho a partir de março. Foi tudo muito estranho no início pois não estávamos à espera desta mudança tão drástica nos nossos hábitos quotidianos. Levámos o nosso equipamento de trabalho para casa e daí começamos a executar as nossas tarefas. Foi criado um grupo no WhatsApp para que todos comunicássemos diariamente, não só para nos organizarmos profissionalmente, mas também para não perdermos um pouco da nossa "socialização" e "contacto".

No que respeita aos projetos que estavam a decorrer e também a novos projetos, a situação complicou-se mais do que aquilo que gostaríamos.

O projeto de Regularização de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra em Nampula, que se encontra em fase de acabamento de 95% desde 2019, parou por falta de pagamento do Estado Moçambicano. A pandemia ainda agravou esta situação. Mantém-se suspenso e incompleto desde essa altura.

No panorama nacional, muito daquilo que estava projetado não avançou. Os nossos clientes, especialmente Municípios, tiveram que alterar também as suas rotinas laborais, sendo muito difícil o contacto comercial e a realização de reuniões de trabalho online, ou por indisponibilidade ou por falta de equipamento dos interlocutores.

A DCC terminou os projetos que provinham de 2019 e, apesar do nosso proactivo empenho na abordagem e da incessante tentativa de agendamento de reuniões, obtivemos apenas 15 adjudicações que correspondem a um valor irrisório quando comparado com os anos anteriores. Na área das coberturas aéreas o problema agudizou-se e, no ano de 2020, fizemos apenas 35 horas de voo. A tabela seguinte apresenta o número de horas de voo, de missões e de imagens adquiridas em comparação com anos anteriores, onde se constata que houve uma quebra de 75% relativamente à média dos últimos 3 anos:

Ano	2017	2018	2019	2020
Horas de voo	250	384	152	35
Nº de missões	70	78	34	12
Nº de imagens adquiridas	22.472	92.277	20.316	1.742

Relativamente à produção dos projetos de Cartografia e/ou Ortofotomapas realizados em 2020, foram utilizados apenas os recursos internos, ou seja, não houve qualquer recurso a contratação de serviços de outsourcing.

Ainda durante o ano transato, houve necessidade de implementar alterações profundas no processo de aquisição de dados cartográficos, devido ao Decreto-Lei nº 130/2019 de 30 de agosto, que impôs a alteração dos princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional. A legislação em apreço obrigou a DCC a estudar, experimentar e implementar uma mudança profunda na execução da cartografia, cuja produção anteriormente em formato CAD, passou agora para Base de Dados PostgreSQL/PostGIS.

A ocupação da equipa esteve também centrada nesta atualização, de modo a que as alterações preconizadas passassem a ter efeito nos nossos *workflows*. Para a formação e capacitação dos técnicos da DCC, contamos com o envolvimento da Direção de Inteligência Espacial que, para além da formação, nos ajudou a criar ferramentas e processos de controlo de qualidade.

Na área internacional, concorremos a dois grandes concursos em Moçambique, sendo um na área da cobertura aérea e produção de ortofotomapas e outro na Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra.

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2020, a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos oriundos no período de 2018/2019, mas também de novos contratos que surgiram em plena pandemia. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelas constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 452.325 euros ficando aquém do previsto para 2020, onde se previa uma faturação de 474.041 euros.

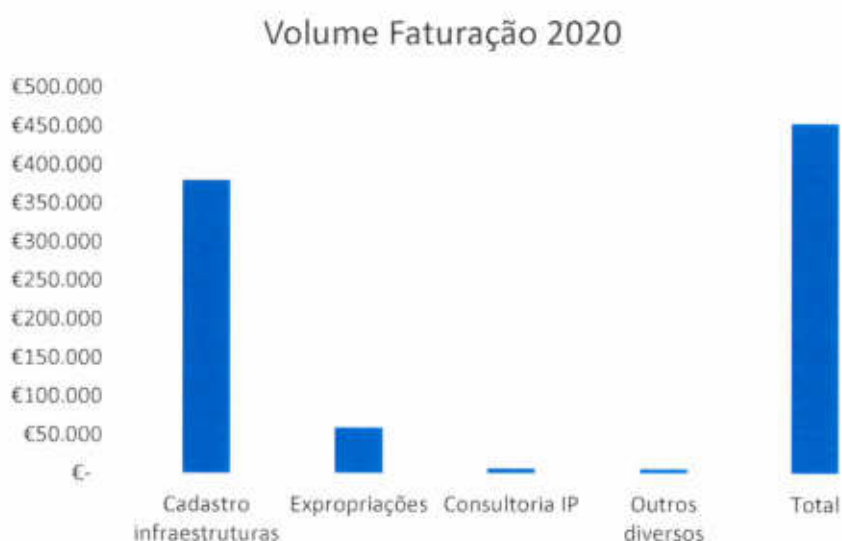


Ilustração 1 - volume de faturação Direção de Engenharia e Infraestruturas

A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, eletricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para a Câmara de Leiria e a Administração do Porto de Leixões, assim como o fecho do projeto para a Associação de Municípios da Cova da Beira.

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto das medidas restritivas de confinamento terem um forte impacto nos contactos com os proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos de produtividade pois a produção decaiu fortemente, mas os custos dos recursos mantiveram-se, contribuindo para a derrapagem de prazos de execução

2
22
A

e fecho de projetos, tendo sido os mesmos arrastados para 2021, prolongando o seu terminus e contribuindo para aumento de custos e o adiamento de faturação.

Também nos projetos de cadastros de infraestruturas, principalmente nos projetos de Cadastro de Infraestruturas do Porto de Leixões, para o Município de Leiria e AMCB, houve um forte impacto no desenvolvimento dos mesmos, pois a falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas bem como dos clientes ou de terceiros por estas indicados, motivados pelo confinamento geral (de março a maio) e por medidas dessas entidades para que os seus colaboradores só estarem disponíveis para trabalhos presenciais nas atividades essenciais dos próprios, tiveram um enorme impacto nas nossas necessidades de apoio no terreno, provocando significativo atraso nos projetos, em mais de 8 meses, que se consubstanciou em perto de 200.000 euros de prejuízos. Não obstante estas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fossem desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras, contudo insuficientes para concluir os projetos nos prazos previstos e dentro dos limites orçamentados.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para 2021 o fecho destes projetos, não obstante, os mesmos estarem relacionados com adjudicações de início de 2020, a verdade é que a duração dos mesmos estava prevista para 6 meses, mas face a todos as vicissitudes aliadas à pandemia, os mesmos vão ascender a cerca de 12 a 15 meses para a sua conclusão, tendo em conta que as medidas de restrição se vão manter com força no 1º trimestre de 2021.

Das atividades desenvolvidas pela DEI em 2020, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas gerais para o Município de Leiria e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante completos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município como cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também atividades do cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis, incluindo sondagens e deteções no subsolo. Estes projetos permitiram posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar em outros perfis de clientes mais diversificados.

A aposta na formação dos nossos técnicos nos últimos 2 anos deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipos de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram, com este segmento de negócio, que a Município não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde se encontra uma concorrência muito mais vasta, com práticas de preços abaixo do preço de custo, agravada em 2020 face à escassez de oferta de projetos e com as empresas a praticar valores de referência inferiores em cerca de 40 a 50% de custo.

Estes novos projetos em que a Municípiã está envolvida têm uma área de abrangência muito mais rigorosa e de precisão, mas ao mesmo tempo mais diversificado. Não sendo projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, são de maior escala em termos de detalhe e pormenor. São projetos focados na precisão de sondagens, rigor topográfico, detalhe de caracterização técnico e estado de operação/conservação, pois o âmbito dos mesmos relacionam-se com o acompanhamento em ambiente de obras, informação para projeto de reabilitação urbana e cadastro multifuncional para gestão portuária.

A abordagem técnica e metodológica da Municípiã tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando principalmente em situações de gravidade elevada. Esta forma de abordagem do problema com a procura das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários que enfrentamos, e sempre com a preocupação de permitir que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, cria uma relação de confiança forte e de parceria com os nossos clientes que é difícil de encontrar em outros ambientes de prestação de serviços, pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, um dos maiores dilemas dos municípios nos contratos de obras de reabilitação, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2021, a Municípiã irá continuar a desenvolver projetos para colocar o seu *know-how* ao serviço dos nossos atuais e futuros clientes nas áreas de engenharia e na gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2020 e também 20/30. Com confiança e contribuindo para tornar o país mais sustentável para as gerações futuras, continuaremos a trabalhar com o mesmo empenho e profissionalismo, dando garantias de confiança e segurança, apesar dos constrangimentos desta nova realidade onde a pandemia de COVID-19 promete durar.

2
3
4

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2020 ficaram marcadas pela pandemia de COVID-19. De facto, desde a determinação do primeiro confinamento obrigatório, toda a equipa da Direção de Inteligência Espacial (DIE) tem estado em regime de teletrabalho, com algumas exceções durante o mês de setembro, depois do regresso de férias.

Esta situação, sendo a DIE responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um trabalho suplementar no sentido de garantir que tudo continuava a funcionar, mesmo em regime de teletrabalho.

Neste sentido, a DIE foi capaz de, no espaço de uma semana, garantir que todos os funcionários tinham disponíveis portáteis ou workstations para levarem para casa, bem como acesso remoto aos servidores da Município através da aquisição e configuração de licenças de VPN para utilização simultânea por todos os funcionários.

Nesta primeira fase de obrigatoriedade de teletrabalho foi ainda necessário adquirir uma central telefónica que permitisse a comunicação entre os funcionários da Município, que estavam em casa, através das extensões habituais e, acima de tudo, permitisse que quaisquer contactos de clientes continuassem a ser atendidos e reencaminhados para os funcionários a quem se destinavam. Foi possível em tempo recorde, fazer uma prova de conceito, testar e implementar uma solução que, com pequenos problemas, está a satisfazer as principais necessidades referidas anteriormente.

Adicionalmente, na preparação do regresso após as férias de verão, foi também necessário, em conjunto com a Direção Administrativa e Financeira (DAF), alterar todo o layout da Município para garantir o cumprimento das regras da DGS de distanciamento dos postos de trabalho para a prevenção da propagação do vírus SARS-CoV-2.

Para além disso, foi ainda preciso, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocações à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estes projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 32% do total da DIE (Figura 1) em relação ao total de horas disponíveis de todos os seus recursos humanos (o total de horas não inclui recursos em regime de outsourcing).



Figura 1 – Percentagem de Afetação de Recursos Humanos

Estas tarefas dividiram-se na manutenção do site da Município, na manutenção do site da CONNECT®, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *helpdesk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Relativamente às atividades de *helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2020, foram efetuados 324 pedidos, o valor mais baixo registado desde que é utilizada a plataforma, essencialmente devido ao abrandamento generalizado das atividades da Município (Figura 2).



Figura 2 – Número de Pedidos de *helpdesk*

R
Z
A

Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no apoio à implementação do sistema de Faturação Eletrónica que entrou em funcionamento em janeiro de 2021.

Continuamos a prestar apoio aos projetos de infraestruturas da DEI e, juntamente com a DCC, continuamos o processo de análise para conversão do Modelo de Dados de cartografia para um Sistema de Gestão de Base de Dados, de acordo com o novo modelo da DGT. Neste em particular, a DIE desenvolveu uma série de ferramentas para QGIS de Controlo de Qualidade para auxiliar nos projetos de cartografia (Figura 3), bem como o PlugIN DGT-Recart, também para QGIS, para permitir o controlo das atividades de edição de cartografia em ambiente de Base de Dados (Figura 4, Figura 5, Figura 6 e Figura 7).

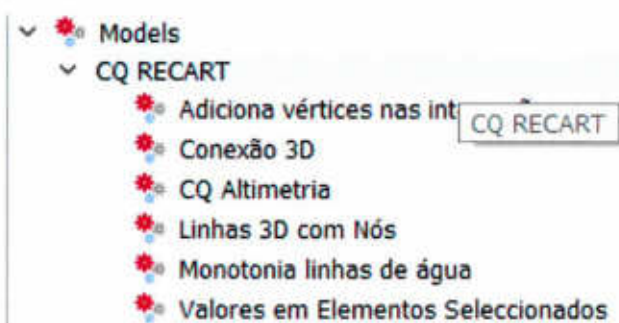


Figura 3 – Modelos para Controlo de Qualidade em QGIS

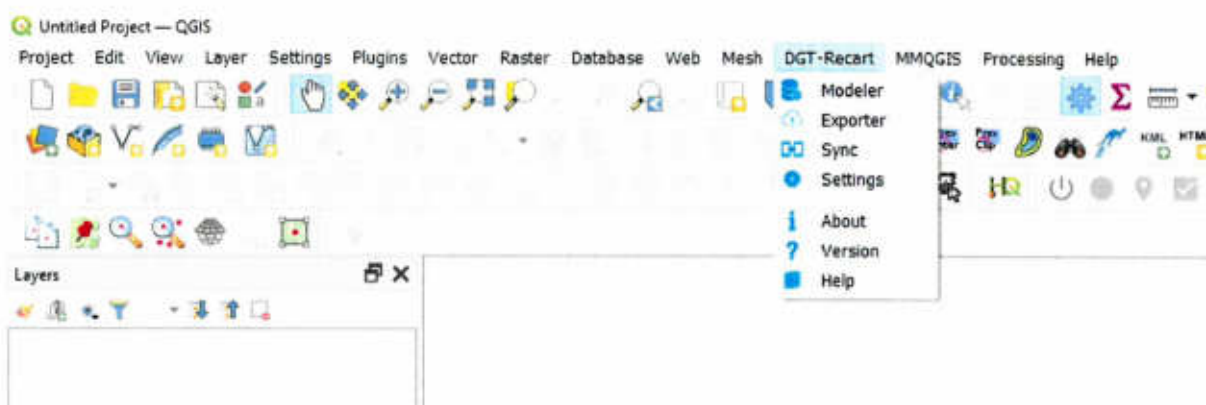


Figura 4 – PlugIN DGT-Recart - Menu



Figura 5 – PlugIN DGT-Recart – Criar novo projeto

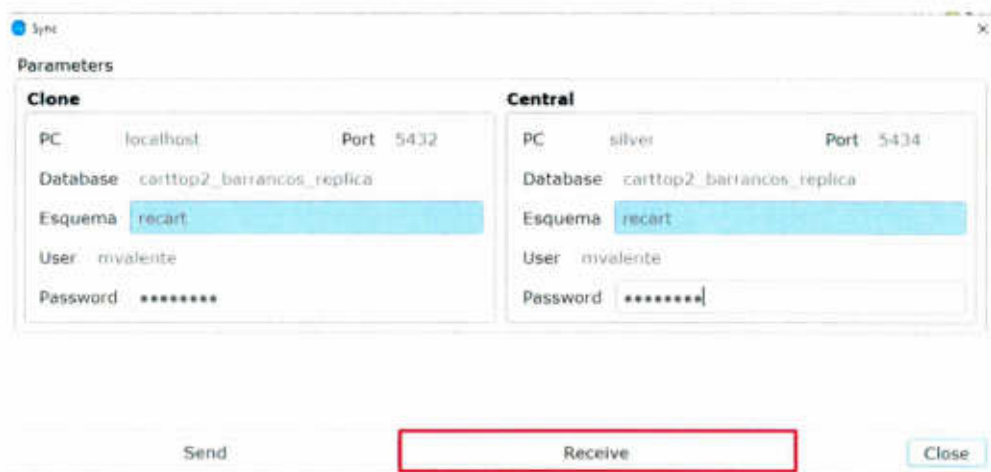


Figura 6 – PlugIN DGT-Recart – Sincronização 1

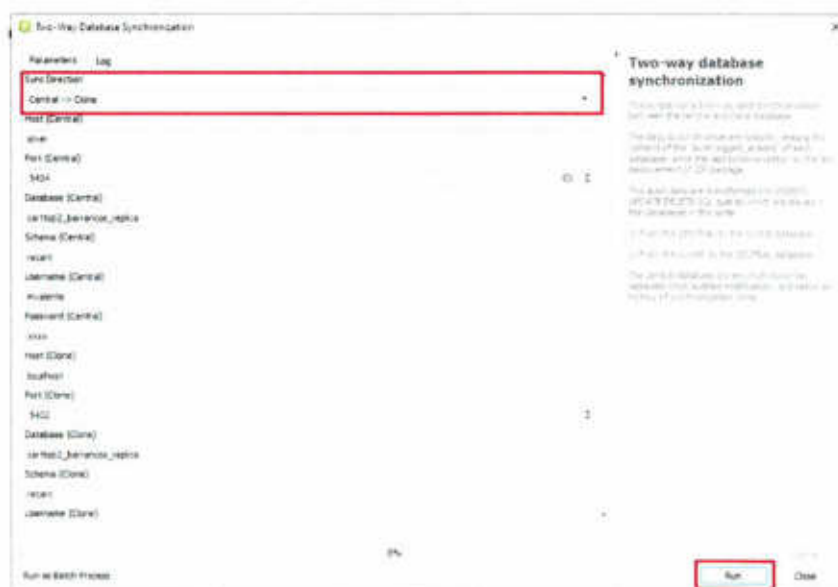


Figura 7 – PlugIN DGT-Recart – Sincronização 2

l
PS
PT

Uma das atividades que também foi importante ao nível dos projetos internos foi a reestruturação do site da Central de Compras CONNECT®, com o desenvolvimento de um catálogo de produtos em forma de loja (Figura 8).

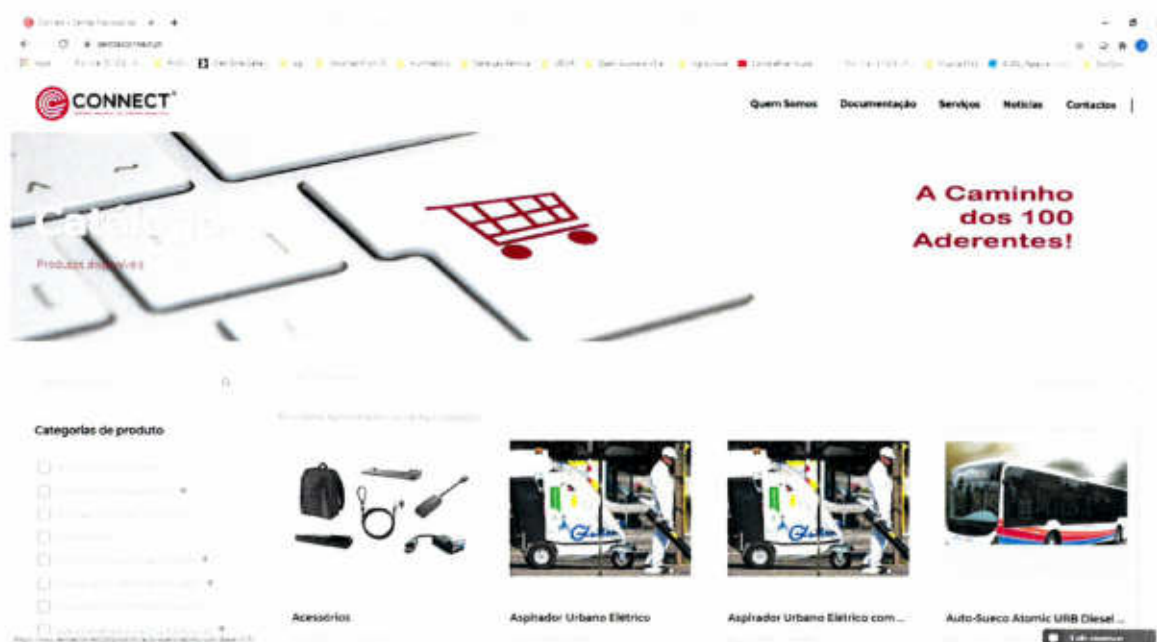


Figura 8 – Site Central CONNECT®

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, também foram afetados pela pandemia. No caso da DIE, para além da maior dificuldade sentida na angariação de novos projetos, existiram desde logo dois projetos que foram suspensos: RDUAT na província de Nampula, Moçambique e o Atlas de Setúbal, em que apenas foram desenvolvidas as atividades de design do layout (Figura 9), uma vez que a segunda parte do trabalho ainda não chegou a avançar.

— CAPA



19.03.2020 | nissão — Direção Criativa — Fine Book | projeto — Atlas — Municipal — SETÚBAL. O BALANÇO DE DUAS DÉCADAS

p.16

Figura 9 – Maquete de Design – Atlas de Setúbal

Ainda assim, podemos destacar na área de atividade de elaboração de estudos e planos, a continuação do projeto de elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios para a AMDS em que, dos três Municípios contratados, falta apenas concluir o plano de Torre de Moncorvo (Figura 10); a conclusão da Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações para identificação das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação na Região Autónoma da Madeira; e um projeto de Elaboração de Mapas Turísticos de Itália para a empresa PortugalTrails (Figura 11).

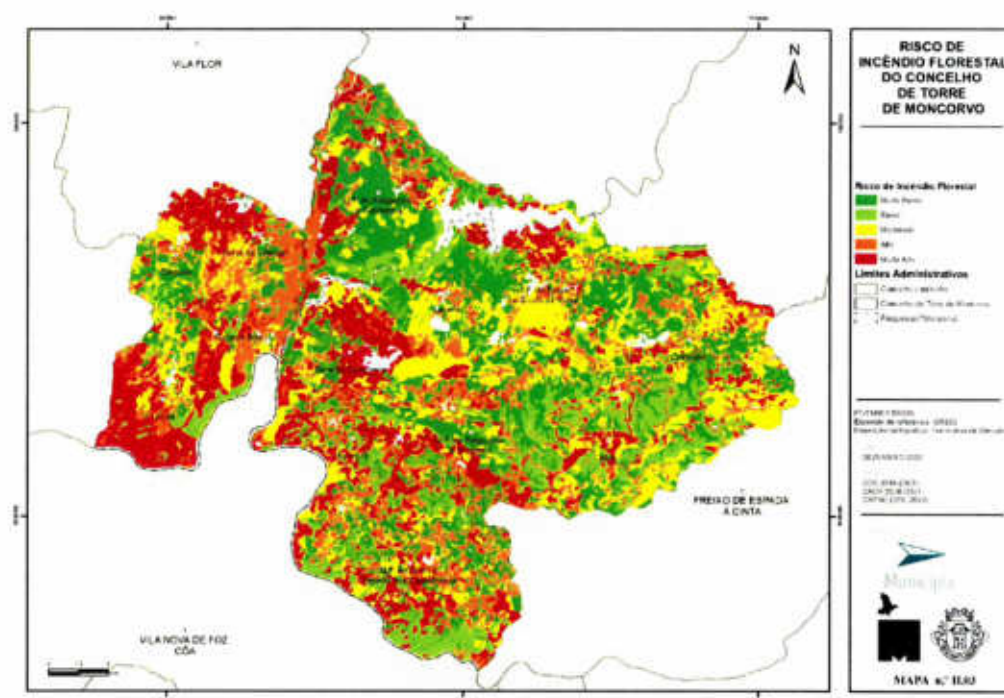


Figura 10 – Carta de Risco de Incêndio Florestal de Torre de Moncorvo



Figura 11 – Mapas Turísticos de Itália (Cinque Terre)

21

21

21

No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque algumas atividades que desenvolvemos, nomeadamente uma plataforma de gestão e georreferenciação dos pareceres emitidos pela Metro do Porto (Figura 12) e um PlugIN para Gestão de Ordens de Manutenção para a APDL (Figura 13 e Figura 14).

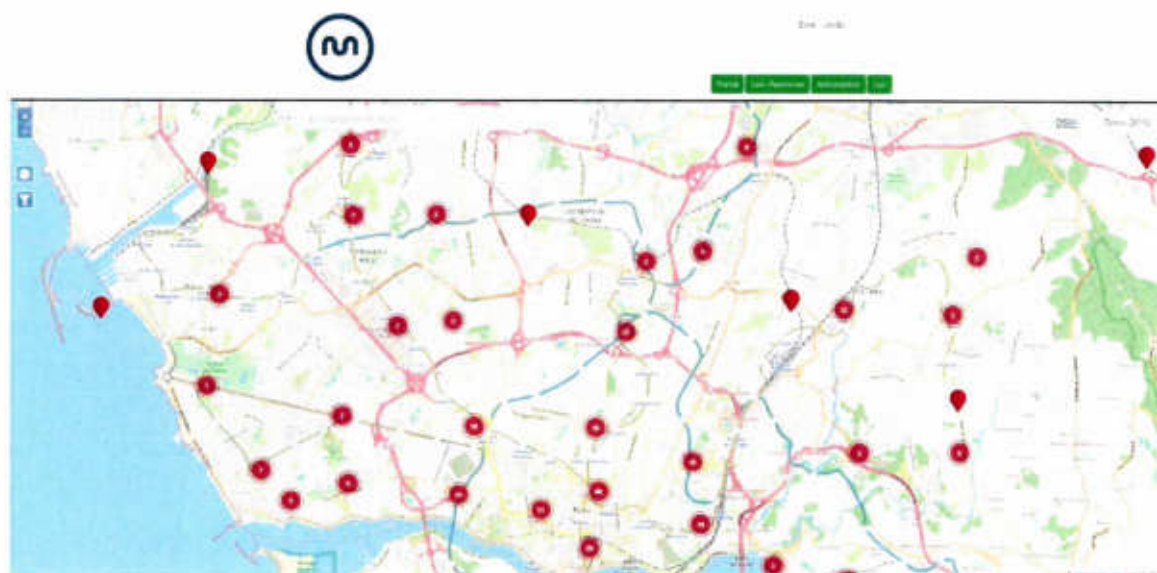


Figura 12 – Plataforma GeoPareceres

- Logout (Admin)
- Load Project
- Save QGIS Project
- Options
- Backoffice

Figura 13 – PlugIN APDL – Menú

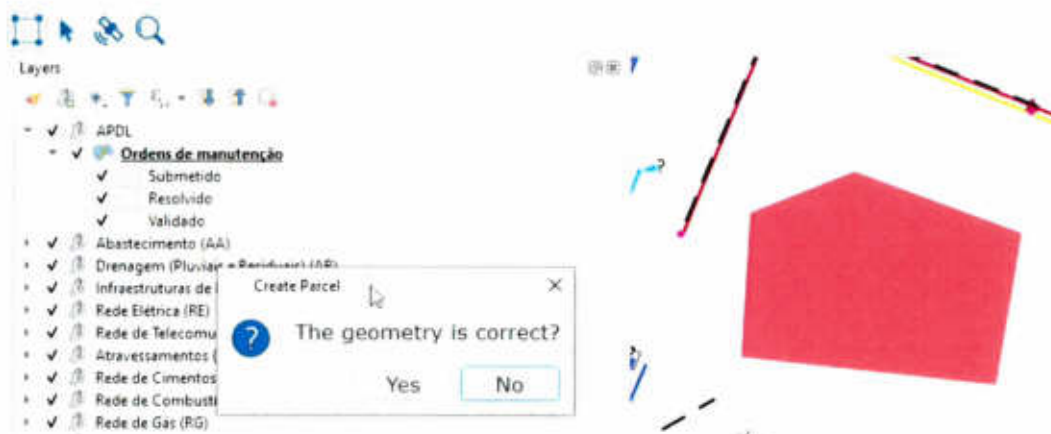


Figura 14 – PlugIN APDL – Criação de Ordem de Manutenção

Também neste âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque a Plataforma CityHub da Município para Oeiras, com a implementação do webdesign que foi definido pela Câmara Municipal de Oeiras para todas as aplicações web do município (Figura 15 e Figura 16).

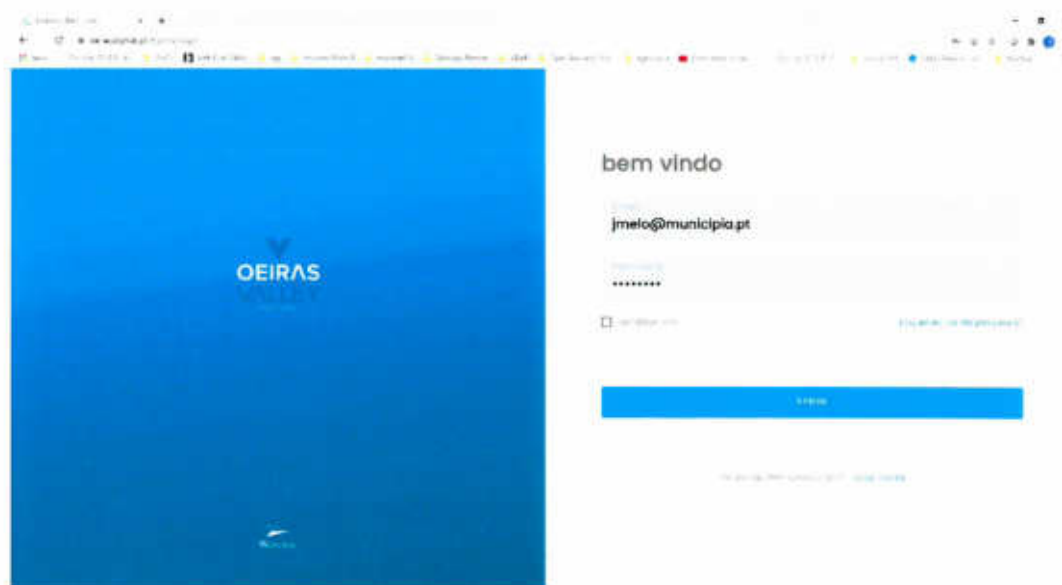


Figura 15 – Plataforma oeiras.cityhub.pt - Login

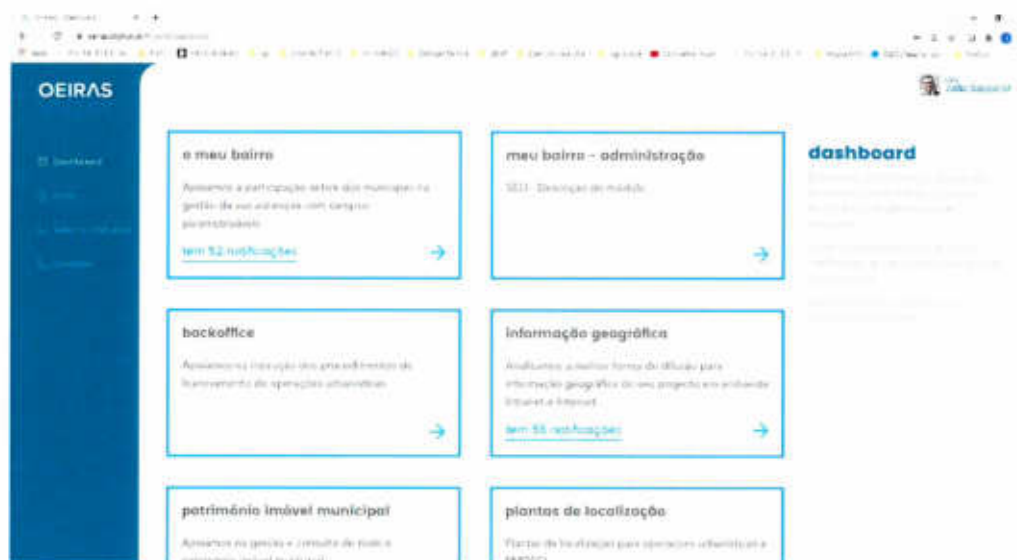


Figura 16 – Plataforma oeiras.cityhub.pt - Dashboard

Por fim, destacamos o desenvolvimento da plataforma CityHub que pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que, durante este ano, sofreu enormes avanços, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos, que consiste na migração de todas as aplicações que tínhamos na antiga plataforma munWebGIS para este novo conceito (Figura 17, Figura 18, Figura 19 e Figura 20).



Figura 17 – CityHub.pt – Portal de Divulgação

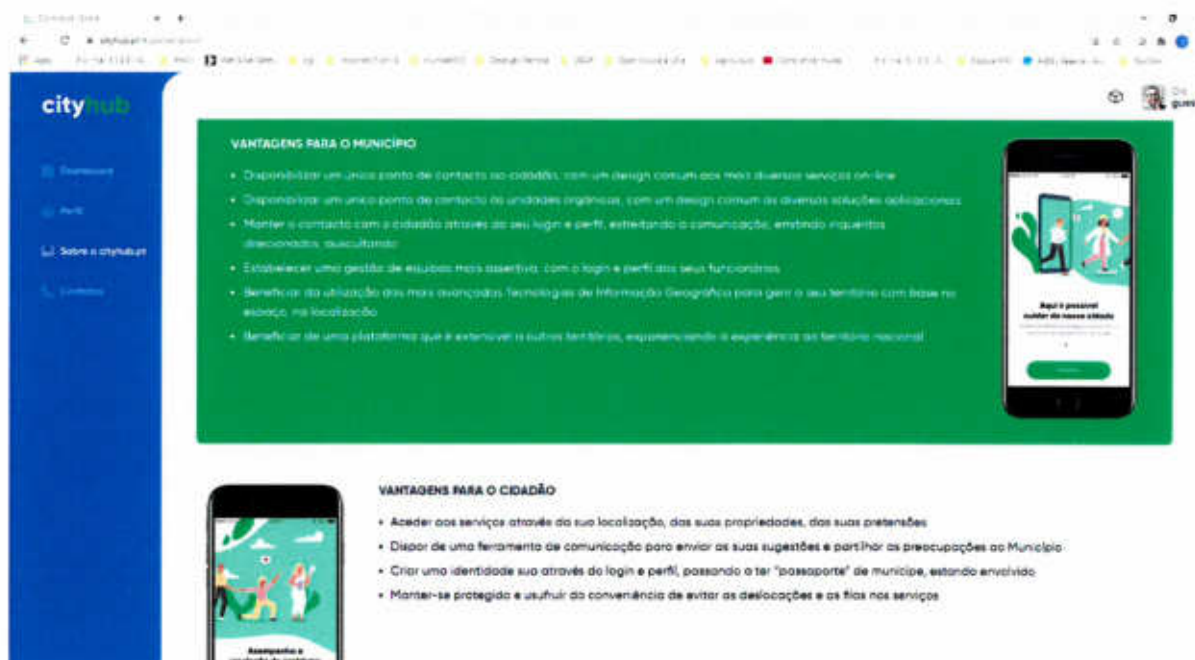


Figura 18 – CityHub.pt – Portal de Divulgação

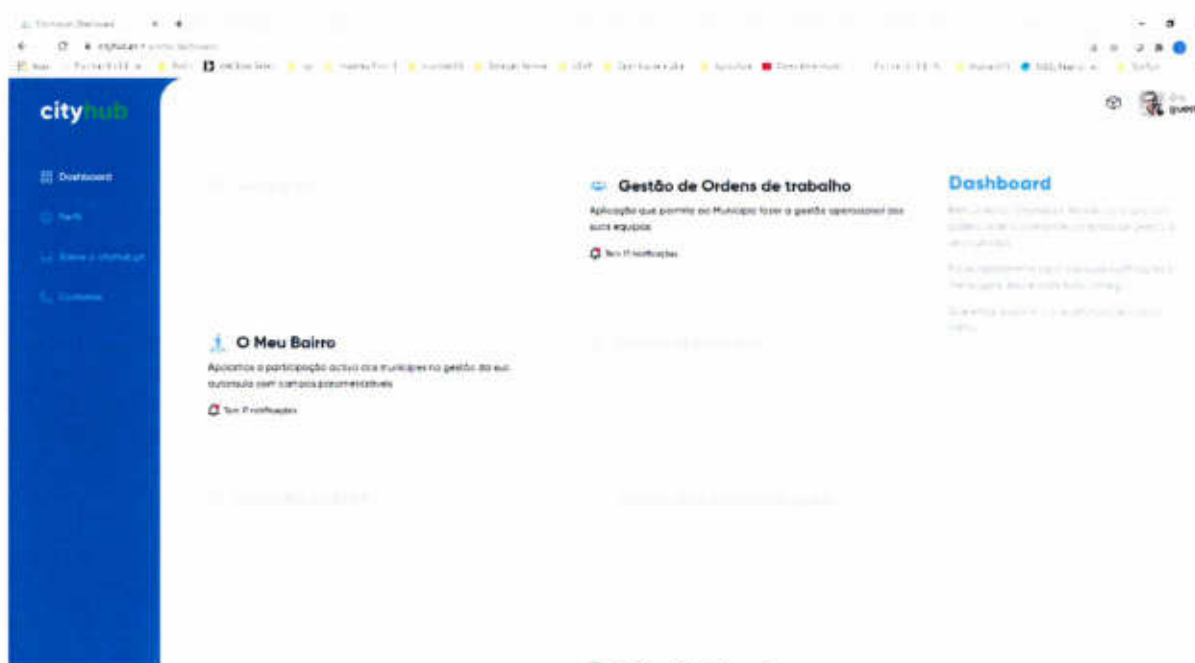


Figura 19 – CityHub.pt – Dashboard

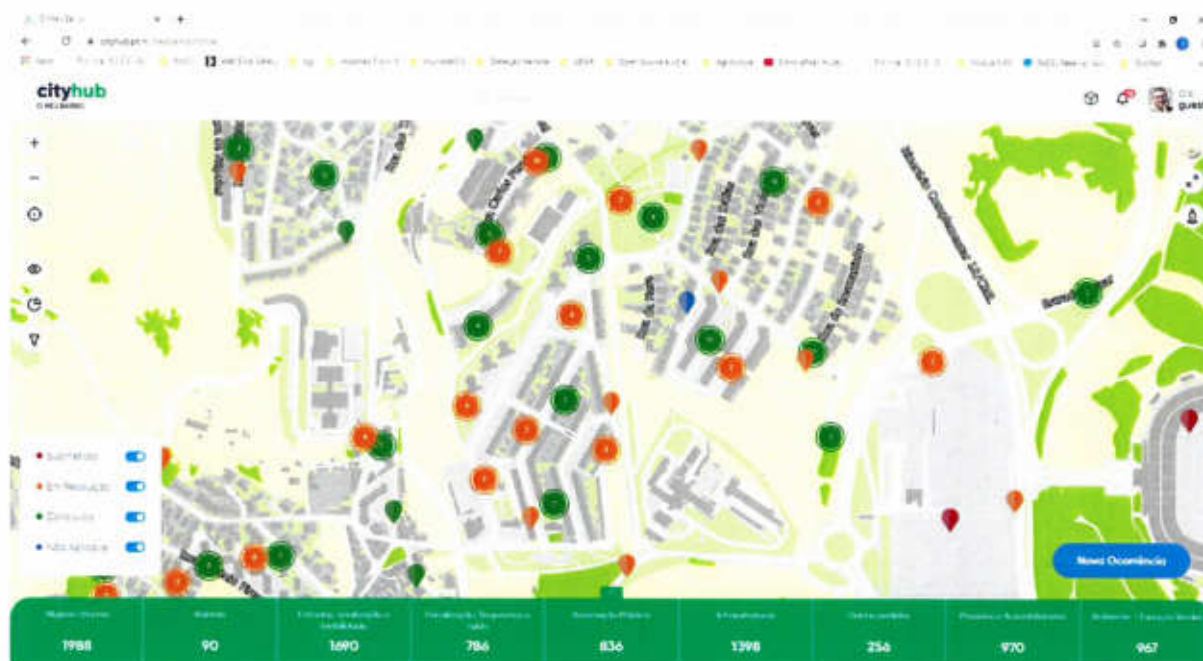


Figura 20 – CityHub.pt – Exemplo de Aplicação

Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e da consultora Terrapro, em que este ano, para além da entrega em PDF (Figura 21), criámos uma plataforma de partilha dessa informação na internet (Figura 22).

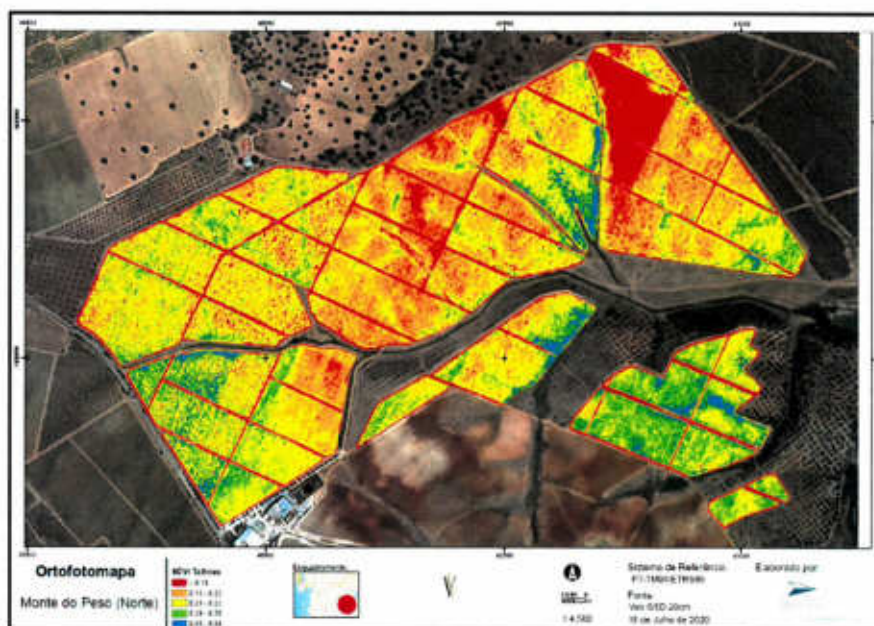


Figura 21 – NDVI do Monte do Peso - PDF

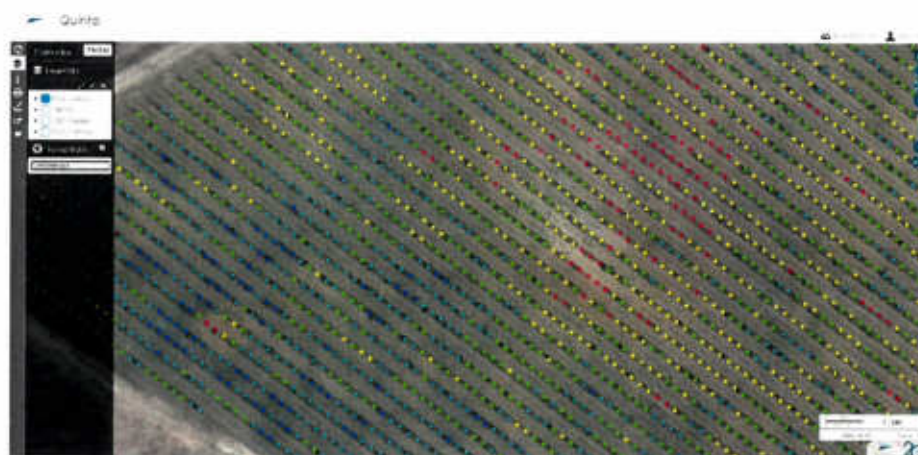


Figura 22 – NDVI do Monte do Peso – Plataforma web

Para o ano de 2021, estão em curso um projeto de Implementação da plataforma CityHub para Oeiras, Valpaços, Vila Velha de Ródão e com perspectivas para a CIMTTM, um projeto de migração de toda a infraestrutura tecnológica de suporte à IDE de Oeiras, a retoma do projeto de RDUAT de Nampula, o Upgrade à Plataforma Solis e a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura. Ao nível dos estudos, destacam-se a possibilidade das revisões de alguns PMEPC e dos PMDFCI.



Figura 23 – Rede Nacional de Potencial Solar – Novo Design

R
Z
A

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN) iniciou o ano de 2020 com uma perspetiva de crescimento, alavancado nos negócios gerados e fomentados em 2019, com o alargamento da equipa e com o arranque de novos projetos.

Contudo, a pandemia que imprevisivelmente assolou o país e o mundo, alterou por completo o que viria a resultar num ano de provação, de mais envolvimento, mas de resultados muito longe dos esperados.

A presença mais forte que nunca no digital, obrigou esta Direção a afetar recursos em comunicação, para garantir que aos nossos clientes chegariam todas as informações sobre as soluções Município que lhes permitiriam manter os seus cidadãos e equipas protegidos e o mais longe das ruas, espaços e serviços.

O reconhecimento do valor que as nossas competências poderiam trazer ao serviço público, levou-nos a investir fortemente e, em conjunto com as restantes Direções Município, no desenvolvimento e promoção de uma plataforma que centralizasse todas as aplicações de base geográfica, numa mesma experiência de utilização, para que técnicos, ou não técnicos, munícipes ou funcionários municipais, utilizassem massivamente ferramentas que substituíssem o trabalho presencial. E desse investimento nasceu o www.cityhub.pt.

O desempenho que as Infraestruturas de Dados Espaciais, desenhadas e implementadas pela Município, poderiam ter uma situação caótica, como a enfrentada pelos nossos clientes, conduziu a um esforço conjunto para fazer chegar essa mensagem e analisar necessidades e requisitos, tanto no curto como no médio prazo.

Esta alteração forçada de estratégia não afetou a nossa prestação de serviços de geolocalização de frotas às Entidades Públicas, que continuou a evoluir, fruto da necessidade de maior otimização dos recursos, contando a Município com 3.399 viaturas monitorizadas, em 215 clientes, dos quais se destacam 93 Corporações de Bombeiros, 67 Câmaras Municipais, 20 Empresas Municipais, 18 Juntas de Freguesia, 4 Santas Casas da Misericórdia, 5 Comunidades Intermunicipais.

Porém, afetou de forma considerável o progresso do projeto www.uniquepaths.eu. Numa altura em que ao turismo são vedadas todas as hipóteses de progressão, este projeto, financiado pela linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, viu o seu cronograma estagnar e a sua concretização a alongar-se para o ano de 2021. O impacto é não só ao nível da sincronização entre os momentos de investimento e de financiamento, mas também no retorno do investimento pela receita a gerar, que acontecerá muito mais adiante e de crescimento lento.

Afetou ainda o progresso da Central Nacional de Compras CONNECT®. Apesar da notoriedade crescente materializada em 94 aderentes no final de 2020, por via da transparência incutida nos processos de contratação pública, da competitividade dos preços praticados e do numeroso portfólio de produtos, muitos deles de resposta às necessidades de teletrabalho, à mobilidade sustentável e ao atendimento móvel, os processos de aquisição tornaram-se mais lentos.

O investimento que as entidades aderentes CONNECT® previam realizar ao longo do ano, muitos deles na reconversão dos seus meios de mobilidade, foram amplamente reconduzidos para o combate à pandemia.

Ainda assim, 29 Entidades distintas aderiram às compras inteligentes via www.centralconnect.pt, adquirindo produtos tão diferenciados como combustível a granel e em cartão, veículos elétricos e híbridos, unidades móveis, contentores e sacos para moloks, aspiradores para limpeza urbana, computadores portáteis e de secretária.

No final de 2020, 16 Acordos Quadro agregavam a oferta de bens e serviços sujeitos a Concurso Público com a publicação internacional lançados via CONNECT®, uma oferta que continuará a crescer em 2021, na área dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), Energia e em todas as aquisições que tragam mais valias aos seus aderentes.

Em 2021, a conjuntura continuará a imprimir um esforço de transformação digital nas Entidades Públicas, e a Direção de Novos Negócios estará em cooperação com as outras Unidades Orgânicas para que as competências da Município e o processo de digitalização, que iniciou em 1999, sejam colocados ao dispor dos clientes.

O processo de inovação por via da implementação de Infraestruturas de Dados Espaciais de suporte à decisão, a virtualização de realidades, digitalização de processos e a implementação de aplicações de gestão baseadas em informação geográfica, estará na agenda das Entidades que procuram dar as melhores opções a situações de resposta e recuperação, e a Município terá um papel determinante nesse apoio.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municípiã, ao longo do ano de 2020:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2019	Nº Propostas 2020	Δ% Nº Propostas 19-20	Em Valor		Δ% Valor 19-20
				2019	2020	
Propostas adjudicadas	41	83	102,4%	443.879	1.119.816	152,3%
Propostas em aberto	334	292	-12,6%	8.176.893	20.367.990	149,1%
Propostas recusadas	76	42	-44,7%	983.602	371.650	-62,2%
Total de Propostas Apresentadas	451	417	-7,50%	9.604.374	21.859.456	127,6%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 417 propostas ao longo do ano de 2020, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 102,4%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 152,3% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2020 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

2
382
A

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	935.590	34,80%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	278.838	10,40%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	149.000	5,50%
IFAP	80.751	3,00%
ADMINISTRAÇÃO PORTOS DOURO E LEIXÕES	57.870	2,20%
GEOIDE	50.172	1,90%
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR	40.642	1,50%
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	39.403	1,50%
MUNICÍPIO DE MAFRA	36.967	1,40%
LUBRIFUEL	35.588	1,30%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

Tipologia de Clientes

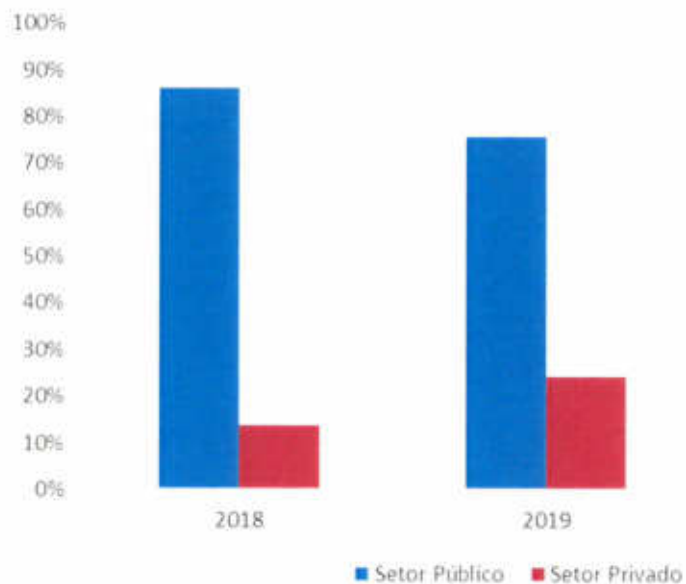
O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 79% da faturação neste setor, registando um aumento de 4% face ao ano anterior.

O setor privado regista cerca de 21% da faturação, ou seja, menos 1,4% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

FATURACÃO	2018	2019	2020
Setor Público	86,16%	75,71%	79,02%
Setor Privado	13,84%	24,29%	20,98%

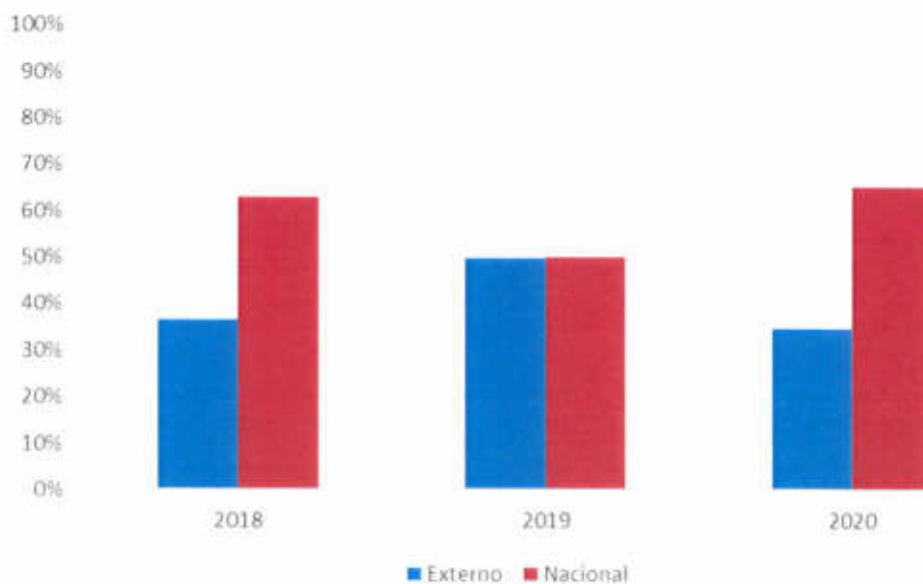
h
B
A

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURÇÃO MERCADO	2018	2019	2020
Externo	36,81%	49,92%	34,77%
Nacional	63,19%	50,08%	65,23%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



h
32
A

2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registadas

Certificações Técnicas



A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Município – Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorrectificação;

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

12
35
A

Marcas Registadas



Município ®

Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®

Criada pela Município e pelo Município do Fundão em 2015 ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro e suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.

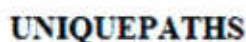


Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



Procura? Aqui encontra!!!

Plataforma digital que reúne de forma georreferenciada todos os comércios e serviços do país.



UNIQUEPATHS ®



Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.



Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados por sensores aerotransportados.



Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados.

2.4. Recursos Humanos

Atividade

O ano de 2020, não obstante o contexto atual de combate à pandemia do COVID-19, foi um ano de continuidade e até inovação, com particular enfoque no processo de transformação digital a que os recursos humanos da empresa tiveram que se ajustar, desenvolvendo soluções que foram ao encontro das suas necessidades. De um dia para o outro, a meio de março, a Município passou a contar com 35 “delegações”, tantas quantos os funcionários em teletrabalho.

Evolução e caracterização dos efetivos

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, recorrendo à subcontratação de serviços para suprir o trabalho advindo do acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, uma ligeira diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro, motivado pelas 6 saídas de trabalhadores, 4 por iniciativa dos trabalhadores e 2 por termino do projeto para o qual tinham sido contratados. A contratação de 3 trabalhadores, 1 para integrar a equipa que dá apoio à CONNECT®, 1 para integrar a equipa da DEI e outro elemento, que já se encontrava a prestar serviços de marketing para a DNN, foi contratado.

EVOLUÇÃO RH	2018	2019	2020
N.º de efetivos	32	38	35

O quadro que se segue, regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 71% possuem com a Empresa um vínculo contratual “sem termo”, 29% tem um contrato a “termo certo” e 0% tem um contrato a “termo incerto”.

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2018	2019	2020
Contrato sem termo	28	25	25
Contrato termo certo	2	10	10
Contrato termo incerto	2	3	0
Σ dezembro	32	38	35

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **12** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **7** elementos;
- Direção Administrativa e Financeira com **6** elementos, (1 CONNECT®);
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **4** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **5** elementos, (1 CONNECT®);
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2020 é constituído por 35 trabalhadores. Desses, 13 são do género feminino e 22 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2018	2019	2020
Género Masculino	21	23	22
Género Feminino	11	15	13
Σ dezembro	32	38	35

A média etária da idade dos funcionários continua situada nos 44 anos, apresentando os recursos humanos da empresa uma estrutura sólida e capaz de transmitir conhecimentos, com experiência e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2018	2019	2020
De 60 a 67 anos	0	0	2
De 50 a 59 anos	6	8	6
De 40 a 49 anos	16	15	17
De 30 a 39 anos	7	12	8
De 20 a 29 anos	3	3	2

R
SE
PA

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2018	2019	2020
Doutoramento	0	0	0
Mestrado	0	5	3
Ensino Superior	21	21	20
Ensino Secundário	11	12	12
3º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	32	38	35

Com mestrado temos 9%, com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 57% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 34%.

Absentismo

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Baixa emitida pela Segurança Social. Nesta tipologia de ausências inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	OBRIG. LEGAIS	DESLOCAÇÃO À ESCOLA	AUTOR./APROVADAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	100	46	27	21	0	1	1	196
PESO RELATIVO	51%	23%	14%	11%	N/A	0,5%	0,5	100%




Tipos de absentismo no último triénio:

TIPOS DE ABSENTISMO	2018	2019	Δ% 2018- 2019	2020	Δ% 2019- 2020
BAIXA S. SOCIAL	68	122	79%	100	-18%
LICENÇA PARENTAL	25	21	-16%	46	119%
DOENÇA	51	56	10%	27	-52%
OUTRAS	21	22	5%	23	5%
TOTAL AUSÊNCIAS	165	221	34%	196	-11%

Unidade: dias

Analisando e comparando os números de 2020 com o ano de 2019, verifica-se uma diminuição do absentismo, fruto, presumivelmente, da situação que nos encontramos a atravessar desde março de 2020.

Formação profissional

A Empresa ao longo do último triénio tem mantido o seu investimento na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2018	2019	Δ% 2018-2019	2020	Δ% 2019-2020
N.º DE FORMANDOS	10	12	20%	9	-25%
N.º DE AÇÕES	20	15	-25%	15	0%
HORAS DE FORMAÇÃO	353	327	-7%	347,5	5%

Neste quadro, pode-se observar que 26% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 347,5 horas, 284 horas (82%) foram de especialização e 63,5 horas (18%) foram despendidas em *workshops*, palestras e conferências.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2018 e 2020, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2018	2019	2020	Peso % no total	Var. 18-19	Var. 19-20
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	808.700,10	907.948,85	885.857,65	75,67%	12%	-2%
Horas extra	2.901,36	1.527,96	85,68	0,01%	-47%	-94%
Senhas de Presença	7.656,40	14.674,92	10.846,68	0,93%	92%	-26%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	211.080,10	241.288,87	236.509,87	20,20%	14%	-2%
Ajudas Custo/Quilómetros	44.105,95	155.185,64	24.694,44	2,11%	252%	-84%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	13.897,74	15.230,65	12.721,14	1,09%	10%	-16%
TOTAL	1.088.341,65	1.335.856,89	1.170.715,46	100,00%	23%	-12%

Os gastos com remunerações sofreram uma diminuição de 2%, justificados pela interrupção do projeto que se está a desenvolver em Moçambique. Face à situação nacional e sobretudo internacional, os recursos contratados para o projeto referido, acabaram por ser dispensados, uma vez que as circunstâncias da sua contratação, não se mantiveram.

As horas extra, tradicionalmente sempre tiveram um comportamento residual, tendo registado no presente ano uma redução significativa de 94%, sendo o custo existente justificado por trabalhos de fotografia aérea, que estão sempre associados às necessidades meteorológicas favoráveis.

O valor das senhas de presença registou um decréscimo de 26%, em linha com o abrandamento da atividade em 2020. Desta redução, resultou apenas num custo de 10.846,68 euros.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho registaram um decréscimo idêntico ao analisado com as remunerações, neste caso com uma redução de 2%.

A rubrica de ajudas de custo é uma das que mais diminuiu, tendo em conta que o acompanhamento do projeto de Moçambique (RDUAT), a partir de meio do ano ficou suspenso, registando uma quebra de 84%, face ao ano anterior.

Na formação assistiu-se a uma diminuição dos custos, face ao ano transato, em concreto de 12%. Este valor será sempre necessário investir, já que um dos fatores de sucesso de uma empresa de base tecnológica é ter recursos capazes de responder às dinâmicas e evolução dos mercados tecnológicos, neste ano o investimento foi de 12.721 euros.

No geral, assistimos a uma diminuição dos gastos com pessoal de 12% face ao ano transato, sendo que as rubricas que mais contribuíram foram as de cariz variável, o que se justifica pela diminuição abrupta da atividade, que se assistiu nos últimos 10 meses do ano de 2020.

PC
BE
A

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

Q
B2
AK

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2018	2019	Var.% (18-19)	2020	Var.% (19-20)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	3.772.485	4.339.529	15%	1.702.183	-61%	3.271.399
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	0	88.423	100%	151.774	72%	80.066
Reversões de Imparidades	46.017	0	-100%	0	0%	15.339
Outros Rendimentos ou Ganhos	83.702	152.744	382%	158.650	4%	131.699
Total dos Ganhos Operacionais	3.902.204	4.580.696	17%	2.012.607	-56%	3.498.502
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	2.365.373	2.452.621	4%	1.255.506	-49%	2.024.500
Gastos com Pessoal	1.088.342	1.335.857	23%	1.170.715	-12%	1.198.305
Imparidade de dívidas a receber	0	11.250	100%	14.864	32%	8.705
Outros gastos e perdas	45.317	111.580	146%	57.253	-49%	71.383
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	208.046	438.523	111%	354.757	-19%	333.775
Total dos Gastos Operacionais	3.707.078	4.349.830	17%	2.853.096	-34%	3.636.668
Resultados Operacionais	195.126	230.867	18%	-840.489	-464%	-138.166
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	21.747	704	-97%	264	-62%	7.572
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	77.617	136.419	76%	624.996	358%	279.677
Resultados Financeiros	-55.870	-135.715	-143%	-624.732	-360%	-272.106
Resultados Antes de Imposto	139.256	95.152	-32%	-1.465.221	-1.640%	-410.271
Impostos	133.163	198.799	-49%	130.897	-34%	154.286
Resultado Líquido	6.093	-103.647	-1.801%	-1.596.118	-1.440%	-564.557

Unidade: Euros

Registámos uma quebra acentuada no volume de negócios, quer face ao ano transato, quer à média do nosso volume de negócios, o que reflete que algo de anormal ocorreu no ano em análise. Com maior impacto na quebra de Volume de Negócios, identificámos a paragem do projeto em Moçambique, que mesmo antes da COVID-19, já dava sinais de pagamentos atrasados, o que originou que ao longo de 2020, o projeto RDUAT ficasse suspenso. Com esta paragem, a que se juntou a impossibilidade de voos para o território, toda a operação ficou comprometida, mesmo que a fase de acabamento do projeto seja já de 95%. No território nacional, assistimos a uma enorme latência, por parte das entidades adjudicantes na tomada de decisão de contratar, com impactos diretos na operação e, consequentemente, na nossa faturação. Mesmo, nos projetos em curso, em particular os que dependem de trabalhos de campo, foi sempre com grandes restrições que foram concretizados, com perdas de tempo substanciais, com consequências também diretas no Volume de Negócios.

De forma global assistimos ao lançamento de poucos concursos e os que são lançados primam pelo critério do mais baixo preço, sem qualquer preocupação para a análise do custo benefício da aquisição, o que ao longo dos anos penaliza as empresas que mais investem ou aquelas com que maior rigor trabalham.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 151.774 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **2.012.607 euros**, representando uma quebra substancial, face aos anos transatos, revelando-se como um ano anormal, face aos registos dos últimos anos.

Quanto aos gastos, a rubrica de **fornecimento e serviços externos**, registou uma quebra próxima dos 50%, o que demonstra bem a redução da atividade produtiva da sociedade. Dos 1.255.506 euros registados em FSE, 63% deste valor é relativo à subcontratação de serviços.

Quanto aos **gastos com pessoal**, registaram um decréscimo de 12%, face ao exercício económico anterior, tendo já sido esta rubrica detalhada em capítulo específico.

O assunto **imparidades** que tem estado nos últimos anos controlado, contudo, tivemos neste exercício de assumir a improbabilidade de cobranças de valores, ascendendo a imparidades líquidas de 14.864 euros.

Na rubrica de **outros gastos e perdas**, o valor desceu praticamente para metade, face ao ano transato, sendo o valor derivado de correções de anos anteriores, impostos, quotizações, etc.

Quanto às **amortizações**, registaram uma redução para 207.360 euros, sendo o remanescente desta rubrica, afeto a uma provisão que se constituiu de 147.397 euros, para fazer face às incertezas e imprevisibilidade do mercado, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista de variação cambial, da geografia onde estamos a desenvolver projetos. Esta rubrica regista uma diminuição de 19% face ao ano anterior.

Desta evolução anormal de ganhos e gastos, chegámos a um **resultado operacional** negativo de 840.489 euros, fortemente penalizado por uma quebra de volume de negócios acima dos 2,5 milhões de euros, face ao ano transato.

Quanto aos **ganhos financeiros**, estes revelaram-se residuais, já que foi um ano de fortes necessidades de tesouraria.

O esforço de financiamento a curto prazo, registado em **gastos financeiros**, teve fortes implicações nos juros e gastos similares, já que o financiamento de tesouraria em 2020 foi constante e intenso.

As despesas bancárias, relacionadas com garantias bancárias, também penalizaram fortemente esta rubrica, a que se juntou uma desvalorização cambial abrupta do metical, com perdas ao longo do ano, acima dos 30%. O valor anormal registado nesta rubrica agravou ainda mais os resultados operacionais da sociedade, que ficou exposta às consequências da contração da economia à escala mundial.

No ano de 2020, alcançamos um **Resultado Antes de Impostos** negativo de 1.465.221 euros, situação que não ocorria desde 2013, enquanto que o **Resultado Líquido** também negativo, atinge o valor de 1.596.118 euros.

O resultado líquido negativo, deriva de fatores extraordinários, desde logo de um ano catastrófico, onde por consequência da COVID-19, não foi possível desenvolver a atividade de forma normal e eficiente, quer a nível nacional, quer internacional. A nível nacional, houve uma quebra de procura dos serviços e mesmo feita uma adaptação ao novo contexto por parte, quer de serviços, quer de ação comercial, a verdade é que os interlocutores, tinham outras prioridades a atender. No contexto internacional, onde atualmente temos uma forte exposição, quer com o projeto em curso, quer com outros futuros projetos, assistiu-se a um ano completamente

16
362
A

perdido, onde se registaram concursos públicos cancelados, o projeto RDUAT interrompido, impossibilidade de voar para o local do projeto, tudo isto justifica os resultados de 2020. Contudo, há sinais de retoma da vida normal em Moçambique, já que o facto da população ter uma média de idades mais baixa, tem permitido que não haja uma repercussão tão elevada e as instituições locais, reiniciaram a sua atividade, ainda que paulatinamente. Como nota extremamente negativa, destaca-se o facto dos **Resultados Antes de Impostos se afigurarem negativos, concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade.**

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
Volume de Negócios	3.772.485	4.339.529	1.702.183	3.271.399	15%	-61%
Rentabilidade das Vendas	0,16%	-2,39%	-93,77%	-32,00%	-1.579%	-3.826%
EBIT (Resultado Operacional)	195.126	230.867	-840.489	-138.166	18%	-464%
Resultado Líquido	6.093	-103.647	-1.596.118	-564.557	-1.801%	-1.440%
Cash Flow Líquido	214.139	334.876	-1.241.361	-230.782	56%	-471%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apresenta uma quebra acentuada, face a anos anteriores, revela-se como um indicador anormal, tendo em conta a trajetória e a maturidade que a empresa vinha alcançando, ano após ano. Na origem deste desempenho, identificamos como principal a COVID-19, que originou uma quebra acentuada de procura a nível nacional e a interrupção do projeto em Moçambique, onde nos vimos forçados a evacuar o contingente nacional que dava apoio ao projeto RDUAT. Não foi possível desta forma concluir o projeto, apesar de estar na sua reta final, assistimos ainda ao adiamento de novos concursos e ao cancelamento de outros.

O desacelaramento abrupto da economia e o foco em dar resposta aos clientes, não permitiu, este ano, obter o desiderato habitual no Volume de Negócios.

A **Rentabilidade das Vendas (RL/VN)** é negativa, já que a nível nacional os concursos são lançados invariavelmente pelo preço mais baixo, não valorizando aqueles que apresentam uma maior valia técnica, conduzindo a margens baixíssimas. Este indicador, foi fortemente penalizado pelas causas já anteriormente identificadas.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – Não foi possível, este ano, chegar ao sétimo ano consecutivo com resultados operacionais positivos, pelo contrário, os valores obtidos revelam uma operação deficitária, pelos motivos já descritos e onde se destava a quebra de volume de negócios, conforme já descrito.

1
B
A

Resultado Líquido – o resultado líquido apresenta-se negativo, sobretudo pelo ano atípico vivido, onde não foi possível alcançar um volume de negócios em linha com os anos anteriores e onde a maior parte das empresas tentaram sobreviver à quebra acentuada da economia, onde a procura baixou, os níveis de confiança são mínimos e a imprevisibilidade elevada.

Cash Flow Líquido – representa os meios monetários que a sociedade é capaz de libertar e que neste ano foram negativos, tendo em conta a expressão do Resultado Líquido.

O valor é decomposto pelo somatório do resultado líquido, amortizações e provisões.

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	117.890	114.198	48.634	93.574	-3%	-57%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	75	183	352	203	-144%	-92%
Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias	142	162	461	255	-14%	-185%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um decréscimo acentuado - 57%, uma vez que o número de funcionários praticamente estabilizou, o volume de negócios perdido face ao ano passado foi superior a 2,5 milhões de euros, o que justifica o fraco desempenho deste indicador.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 352 dias. A origem deste agravamento, deve-se à interrupção que assistimos nos pagamentos por parte do FNDS, cliente em Moçambique, com repercussões imediatas para os nossos fornecedores.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – A deterioração do número de dias médio de recebimento resulta do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que originou, em média, que a Município receba a 461 dias, levando a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano de 2020, com consequências diretas no nosso atraso de pagamentos, como se pode constatar no indicador anterior.

KL
BS
D

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – verificou-se um aumento do ativo de curto prazo, devido ao aumento dos créditos sobre clientes e sobretudo pelo reconhecimento do reequilíbrio por parte dos acionistas, o que permitiu que o valor total do Ativo de curto prazo, superasse o Passivo de curto prazo. Nas obrigações de curto prazo, constata-se que foi possível manter as dívidas a fornecedores controladas, não subindo face a ano transato, contudo verificou-se que as necessidades de apoio de tesouraria subiram ligeiramente. Ainda assim, o Ativo Circulante subiu mais do que proporcional, à subida do Passivo Circulante, gerando um valor superior ao do ano transato em 29%.

Tesouraria	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
Liquidez Geral	2,68	0,96	1,24	1,63	-64%	29%

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2018	2019	2020	Média	Var 18-19	Var 19-20
Autonomia Financeira	67,40%	51,60%	44,40%	54,47%	-23,4%	-14,0%
Solvabilidade	4,26	1,20	0,87	2,11	-71,8%	-27,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,18%	-3,23%	-50,45%	-17,83%	-1.873%	-1.461,3%

Autonomia Financeira (CP/AT) – verifica-se um decréscimo de 14% face ao ano transato, sendo explicado pelo aumento de 15% do ativo e com uma ligeiríssima diminuição do Capital Próprio (-1,4 %). Daqui constata-se, que praticamente com mesmo capital próprio do ano transato, há que financiar mais 15% de ativo, provocando uma diminuição de independência face à banca, para suportar as necessidades de financiamento.




Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – Ao longo do ano, foi necessário manter o financiamento de curto prazo, tendo em consideração que o principal cliente em Moçambique, foi libertando apenas pequenas transferências para liquidação da faturação. O reequilíbrio de tesouraria alicerçou-se no financiamento em fornecedores e na banca, o que originou um incremento do passivo de forma significativa, enquanto que o capital próprio apenas sofreu um decréscimo de 1,4%. Esta situação, originou e justifica a quebra deste indicador em 27%, situação que será reposta com os pagamentos esperados do FNDS.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – tendo em consideração os resultados líquidos muito negativos e praticamente a manutenção do valor dos capitais próprios, a rentabilidade passou a ser ela também muito negativa.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade alcançou nos últimos 6 exercícios económicos, Resultados Antes de Impostos, positivos, situação que não foi possível alcançar em 2020, face ao ano *horribilis*, com consequências diretas para os acionistas.

LEGAIS	Lei 50/2012						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2020, **resultará a necessidade de transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base Resultados Antes de Impostos de -1.465.221 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2020, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);

- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

N
B
A

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	867.710,34
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	2.199,04	0,00	73.131,68
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	71.003,92
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	33.315,76	28.602,22	-595,76	35.384,01
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	35.384,01
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	35.384,01
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	33.025,08
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	25.936,48
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	11.818,26
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	9.613,97	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4.713,15
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	2.669,70	2.291,99	-47,74	2.835,44
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	2.229,94	1.914,44	-39,88	2.368,37
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	1.000,40	0,00	-39,80	2.363,65
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	1.910,63	-39,80	2.363,65
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.363,65
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.363,65
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.358,93
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.358,93
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	1.904,91	0,00	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	126.555,47	120.801,00	-2.470,55	1.465.221,29

Síntese	2008 a 2010	2013	2015	2020	Total
Valores Liquidados	1.314.091	1.116.022	-22.715	0	2.407.398
Valores em Dívida	126.555	120.801	-2.471	1.465.221	1.710.107
Total	1.440.646	1.236.823	-25.186	1.465.221	4.117.504

L
3/
B

2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2020, no valor de -1.596.118,35 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

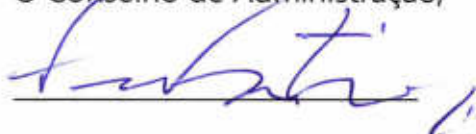
NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

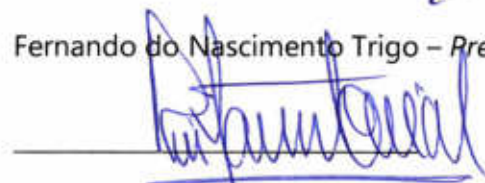
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 28 de fevereiro de 2021

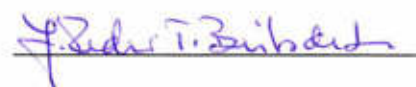
O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*



Município

Contas do Exercício

R
B
A.
/

3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Contas Individuais

Período findo em 31/12/2020

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.701.344,38	1.859.535,76
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	154.295,08	10.085,66
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		8.540,89	6.907,94
Ativos por impostos diferidos	26	4.266,43	4.266,43
		1.868.446,78	1.880.795,79
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2.147.643,53	1.921.452,61
Estado e outros entes públicos		9.843,38	17.856,25
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		100.517,51	39.555,24
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	2.943.444,90	2.227.571,27
Diferimentos		55.732,18	101.718,80
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	4.871,35	28.535,93
		5.262.052,85	4.336.690,10
Total do ativo		7.130.499,63	6.217.485,89

Handwritten signature: António Luís
Handwritten signature: Frederico Bento de Sá

Handwritten signature: João José Castro T. N.

Montantes expressos em Euros

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2020

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	12	1.702.183,12	4.339.528,73
Subsídios à exploração		0,00	88.423,41
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	13	151.773,67	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.255.505,79	-2.452.620,90
Gastos com o pessoal	6.2	-1.170.715,46	-1.335.856,89
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-14.864,17	-11.250,00
Provisões (aumentos/reduções)	14	-147.397,00	-6.890,26
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		158.650,00	152.744,31
Outros gastos e perdas		-57.253,32	-111.579,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-633.128,95	662.498,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/10	-207.360,44	-431.632,29
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-840.489,39	230.866,61
Juros e rendimentos similares obtidos		264,31	704,44
Juros e gastos similares suportados	9	-624.996,21	-136.419,48
Resultado antes de impostos		-1.465.221,29	95.151,57
Imposto sobre o rendimento do período	15	-130.897,06	-198.798,59
Resultado líquido do período		-1.596.118,35	-103.647,02
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		-2,46	-0,16

Handwritten signature: António
Handwritten signature: António
Handwritten signature: António

Handwritten signature: Pedro José T. N.

R

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2020

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	12	1.702.183,12	4.339.528,73
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-2.329.405,75	-3.886.579,27
Resultado bruto	+	-627.222,63	452.949,46
Outros rendimentos	+	310.423,67	241.167,72
Gastos de distribuição	-	-30.989,29	-56.977,80
Gastos administrativos	-	-273.186,65	-276.553,01
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-219.514,49	-129.719,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	+	-840.489,39	230.866,61
Gastos de financiamento (líquidos)	9	-624.731,90	-135.715,04
Resultados antes de impostos	+	-1.465.221,29	95.151,57
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-130.897,06	-198.798,59
Resultado líquido do período	+	-1.596.118,35	-103.647,02
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Pedro T. B. de 12

Pedro J. P. T. N.

12

Entidade: MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1:

2019

Período findo em 31/12/2020

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO														POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	
		Princípio de adoção de nova base contábil	Ajustes de partidas contábeis	Diferença de contabilidade demonstração e sinistros	Realização de resultados de outros fluxos intergrupais	Excedentes de realização de outros fluxos intergrupais	Ajustamentos resultantes de alterações de valores	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	OPERAÇÕES COM DIFERENÇAS DE CAPITAL NO PERÍODO	Realização de resultados de outros fluxos intergrupais	Distribuições de dividendos	Entradas para cobertura de perdas	Outras alterações		
Total do Capital Próprio	3.342.247,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.647,02	-103.647,02	0,00	0,00	0,00	-32.000,00	-32.000,00	3.207.300,96
Total	3.342.247,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.647,02	-103.647,02	0,00	0,00	0,00	-32.000,00	-32.000,00	3.207.300,96
Reserva legal	6.093,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.093,08	-103.647,02	-103.647,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.647,02
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de realização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transferidos	48.205,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.788,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-32.000,00	-32.000,00	22.093,69
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	52.135,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.440,60
Prêmio de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros índices de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ades (despesa financeira)	-264,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-264,98
Capital real	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

NOTAS

1

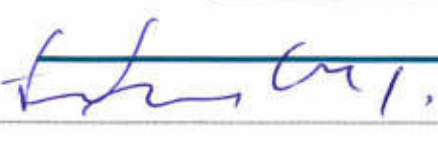
2

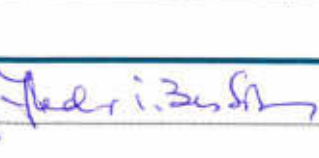
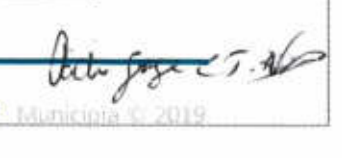
3

4-14

5

6-12-14-15



Entidade: MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N:

2020

Periodo finda em: 31/12/2020

31/12/2020

Center individuals

Montantes expresados en Euros.

[illegible]

1-2-2019 is Handwritten Pedro I. Serrão Pedro page CT.NC

R

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

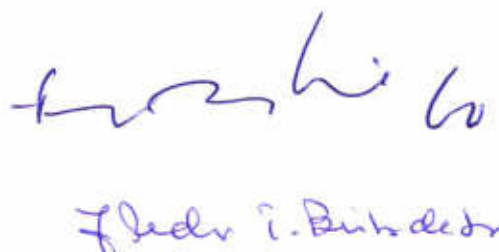
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

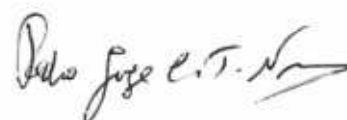
Período findo em 31/12/2020

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	2.767.443,11	3.621.497,71
Pagamentos a fornecedores	-	-1.551.299,08	-2.555.475,84
Pagamentos ao pessoal	-	-777.722,11	-727.740,83
Caixa gerada pelas operações	+-	438.421,92	338.281,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-31.351,02	-192.478,66
Outros recebimentos/pagamentos	+-	-541.374,75	-1.219.811,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+-	-134.303,85	-1.074.009,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-43.546,32	-171.174,23
Ativos intangíveis	-	0,00	-16.800,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	5.210,00	140.136,15
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	264,31	704,44
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+-	-38.072,01	-47.133,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	317.097,66	2.291.246,31
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-151.880,98	-1.355.049,58
Juros e gastos similares	-	-16.505,40	-25.931,40
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+-	148.711,28	910.265,33
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+-	-23.664,58	-210.877,57
Efeito das diferenças de câmbio	+-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	28.535,93	239.413,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.871,35	28.535,93

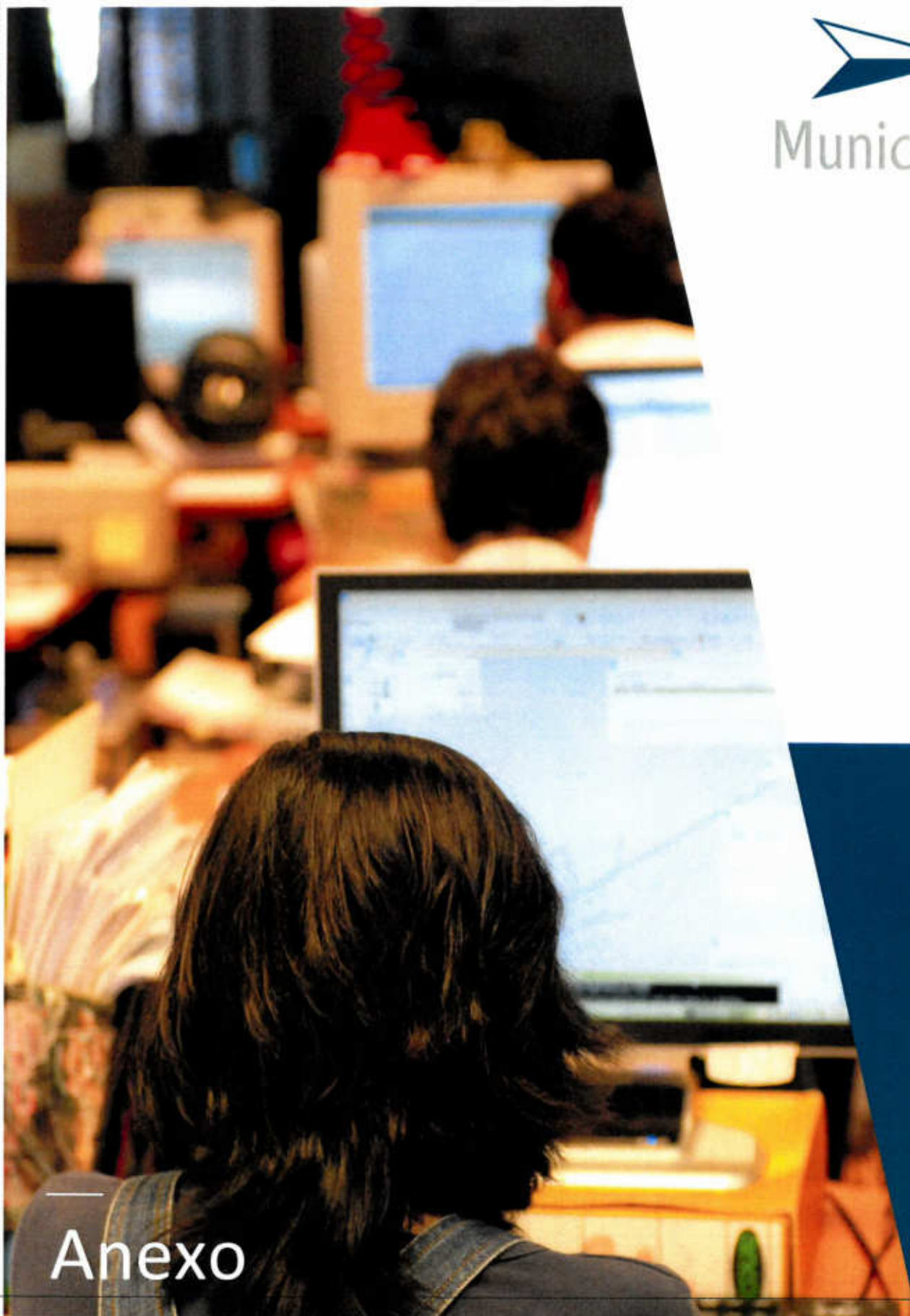


17
35
18



Município



Anexo

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 55.732,18 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes e diferenças de câmbio.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 323.564,01 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 448.362,31 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 737.847,38 euros, essencialmente relativos a remunerações, taxas de saneamento a liquidar e diferenças de câmbio;

- f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 4.266,43 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro. Foram reconhecidos impostos diferidos passivos no montante de 137.805,10 euros, tendo por base a estimativa de retenções de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à colecta Projecto Moçambique. Retenção estimada referente a valores facturados e ainda não pagos/retenção por fazer em Moçambique;

- g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;
- h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;
- i) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- j) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	1.461,10
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	3.410,25
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	4.871,35

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamento com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2020
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	149.000,00	0,00

Unidade: Euros

O valor mencionado, refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras.

6 – Ativos Intangíveis

Os **Ativos Intangíveis** não tiveram nenhum registo de investimento, no ano de 2020.

Registou-se o montante de 151.773,67 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	722.151,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Ativos intang. Curso	0,00	151.773,67	0,00	0,00	0,00	0,00	151.773,67
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

K
B
A
A

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	712.065,87	7.564,25	0,00	0,00	719.630,12
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	712.065,87	7.564,25	0,00	0,00	719.630,12
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.521,41
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.521,41
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.773,67
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						154.295,08

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 43.546 euros, no ano de 2020. Deste investimento, 16.958 euros referem-se a equipamento básico necessários para projetos que estão a decorrer, 25.851 euros para equipamento de transporte e 738 euros para equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, material informático e uma viatura.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.269.507,56	16.957,66	-4.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.281.466,22
Equipamento de transporte	266.008,06	25.850,66	-3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.358,72
Equipamento administrativo	115.846,89	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.584,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.241.837,72	43.546,32	-8.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.276.885,04
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	473.882,70	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	497.250,74
Equipamento básico	1.628.491,06	118.933,59	-3.853,40	0,00	0,00	0,00	1.743.571,25
Equipamento de transporte	163.404,99	56.542,30	-2.704,09	0,00	0,00	0,00	217.243,20
Equipamento administrativo	113.807,48	952,26	0,00	0,00	0,00	0,00	114.759,74
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.382.301,96	199.796,16	-6.557,49	0,00	0,00	0,00	2.575.540,66
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	701.041,35
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537.894,97
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.115,52
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.825,15
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.701.344,38
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.701.344,38

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	4.609,90	21.240,76

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	4.847,00	21.003,66

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2020, estávamos a utilizar 550.000 euros em contas correntes caucionadas e 555.426,34 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da viatura	117,65
Juros de outros financiamentos	16.085,96

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 207.360,44 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

h
B1
RA
X

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2020	341.200,12
Reversão	-9.111,73
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	23.975,90
Saldo final a 31-12-2020	356.064,29

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 23.975,90 euros e reversões foram de 9.111,73 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 14.864,17 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados.

12 – Rédito

No ano de 2020, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 1.702.183 euros.

Neste valor estão incluídos 314.122 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 322.054 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2020, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2020, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Município e o Turismo de Portugal para a execução do projeto UniquePATHS – PediGuias e PediRotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 151.774 euros e já foi reembolsada em 87.090 euros. Em virtude do COVID-19, o prazo foi prorrogado, esperando terminar este projeto em 2021.

k
B
A
8

14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 6.890,26 euros, em exercícios anteriores. No exercício de 2020, foi registado o montante de 147.397 euros, em virtude das condições macroeconómicas e da exposição, nomeadamente cambial, que atualmente temos naquele território.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	6.890,26	147.397,00	0,00	154.287,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	6.890,26	147.397,00	0,00	154.287,26

Unidade: euros

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2018	2019	2020	2020		
2014	44.355,02	0,00	44.355,02	0,00	0,00	0,00	2026
2015	97.982,50	0,00	77.666,18	0,00	0,00	20.316,32	2027
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2020	1.287.515,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.515,36	2032
TOTAL	1.429.852,88	0,00	122.021,20	0,00	0,00	1.307.831,68	-

Unidade: euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios**Valores para estimativa de impostos diferidos:**

ANOS	MONTANTE
2015	20.316,32
2020	0,00
TOTAL	20.316,32

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 4.266,43 euros

Subtotal do imposto diferido: 4.266,43 euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2018	0,00
2019 *	137.805,10
Subtotal do imposto diferido	137.805,10

* Projeto de Moçambique.

Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não integralmente liquidados pelo cliente em Moçambique.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	7.847,72
2017	1.995,66
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
TOTAL	9.843,38

Unidade: euros

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

PEC perdidos no final de 2020: 373,92 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2020: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2020: 0 euros

Existem 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 9.843,38 euros, tendo-se perdido 373,92 euros neste exercício.

Neste exercício não foram utilizados os prejuízos fiscais, ou seja, foram utilizados no montante de 0 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 20.316,32 euros, de exercícios anteriores, podendo ser utilizado até 2027.

Acresce os prejuízos fiscais do exercício no montante de 1.287.515,36 euros que podem ser utilizados até 2032.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	0,00
Tributações Autónomas	25.122,78
Derrama	0,00
Outros	105.774,28
Impostos Diferidos	0,00
TOTAL	130.897,06

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores:

137.805,10 euros a)

4.266,43 euros b)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos/retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções que irá ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção relacionada com rendimentos do exercício, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercício através do lançamento de impostos diferidos passivos.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercício. Ou seja, em exercícios anteriores existiram prejuízos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No início do exercício, estavam por deduzir 29.890,88 euros da estimativa e no final do exercício ficaram por deduzir 4.266,43 euros.

Foi estimado, em exercícios anteriores, o valor do imposto referente à retenção a efetuar pela Município MZ no montante de 137.805,10 euros, referente ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta de 10% sobre o montante de 1.378.050,96 euros, em virtude de já ser fiavelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercícios anteriores, e não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente. Todavia, é de ressaltar que existe algum grau de incerteza, que a empresa considera à data baixo.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e como tal melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto, devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercícios e aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2020, e impostos diferidos dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma, os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2020:

Um dólar americano (USD) = 0,81407 euros;

Um metical (MZN) = 0,01076 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2020, foi de 35 pessoas.

Em 31.12.2020, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2020 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016	Lei 50/2012 2017	Lei 50/2012 2018	Lei 50/2012 2019	Lei 50/2012 2020
Regra do Equilíbrio de Contas	15.569	52.876	58.110	0	120.801	0	-2.471	0	0	0	0	1.465.221
Total	1.730.107											

Unidade: Euros

Nas páginas 49, 50 e 51 deste relatório encontram-se discriminadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

No decorrer das suas obrigações, a sociedade, na tentativa de fazer cobrar os valores em dívida por parte dos seus acionistas, determinadas pela regra do reequilíbrio, moveu um processo em tribunal, contra o Município da Figueira da Foz, na tentativa de cobrar a dívida do reequilíbrio financeiro.

O tribunal proferiu a sua decisão, não negando a existência da dívida, pelo contrário reconhece a existência da mesma e a sua cobrabilidade. O tribunal, meramente absolve o Demandado Município da Figueira da Foz argumentando que a ação deveria ter sido precedida de deliberação dos sócios nesse sentido e que, de qualquer forma, esse tema deve ser resolvido no âmbito das relações entre sócios e não judicialmente. O tribunal entende que por ora, a dívida deve manter-se no balanço da sociedade e ser eventualmente compensada em eventuais lucros futuros. Não existiu qualquer pronúncia do tribunal negando a existência da dívida, nem existe qualquer fundamento para sua desconsideração no balanço.

Na demonstração de resultados por naturezas, as diferenças cambiais favoráveis de 134 240,61 euros estão incluídas na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" e as diferenças cambiais desfavoráveis de 585.209,97 euros estão em "Juros e gastos similares suportados", seguindo as normas e o quadro de contas do SNC.

VR
 B
 A
 X

As diferenças de câmbio ainda não efetivas e estimadas, estão reconhecidas em "acréscimos de gastos e de rendimentos". Em acréscimos de rendimentos 134 240,61 euros derivado de saldos em aberto em Clientes. Em acréscimo de gastos 542.868,56 euros, sendo que destes 393.563,38 euros derivados de saldos em aberto em Clientes e 149.305,18 euros derivado de saldos em aberto em outros devedores.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2019 e 2020:

Descrição	2019	2020
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	1.426,56	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	244.885,92	1.710.107,21
Projetos Realizados a Faturar	1.316.630,80	314.121,70
Devedores acrésc. Rendimentos – outros	0,00	134.240,61
Club M	4,00	28,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	2,12	0,74
MZ outros devedores e credores	661.144,88	781.880,05
Outros devedores e credores	1.810,40	1.050,00
Tarefeiros	196,74	546,74
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	-32.000,00
Total	2.227.571,27	2.943.444,90

Unidade: euros

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 1.710.107,21 euros, que estão devidamente detalhados em capítulo específico, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

O projeto Rduats, que se encontra praticamente terminado, apresenta como principal ponto crítico o atraso no pagamento por parte do cliente, que apenas concretizou 30% do valor do contrato até 31.12.2018, e em 2020 concretizou mais 7% do mesmo. Esta situação, originou ao

longo do ano de 2019 e do ano de 2020, dificuldades acrescidas de financiamento de tesouraria, que foram colmatadas, através de financiamento de curto prazo, bem como financiamento em fornecedores. Ao longo de 2020, foi necessário recorrer a adiantamentos da Município para a consorciada, Município MZ de modo a evitar o incumprimento do contrato ou a interromper o projeto, o que levaria a desmobilização de equipas, levantamento de equipamentos e encerramento de escritórios alugados, com um agravamento de custos para o projeto. Como consequência da falta de pagamento por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável - FNDS, a consorciada, Município MZ, entrou em rotura de tesouraria em diversas situações, o que originou inclusive a impossibilidade de usar a sua conta bancária durante alguns meses. Neste cenário, a Município, supriu despesas urgentes do consórcio, via da sua consorciada, tendo inclusive recorrido a transferências de adiantamento para o gerente da sociedade, devidamente registadas, que permitiram manter a atividade mínima da sociedade, sendo neste momento a Município credora no âmbito do consórcio.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2019 e 2020:

Descrição	2019	2020
Pessoal-Remunerações a Pagar	58,74	1.283,26
Pessoal-Adiantamento Pagamento	28.031,33	55.045,36
Remunerações a Liquidar	159.517,75	141.657,29
Taxa Saneamento IMI	1.745,45	1.780,00
Cartrack	12.437,81	49.120,85
Outros Acréscimos de Gastos	13.465,87	545.289,24
Sindicato	153,52	153,89
O.Dev.Cred.Diver.-FI	0,00	15.061,60
Total	215.410,47	809.391,49

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litigio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

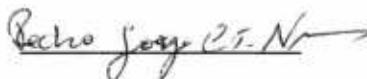
Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

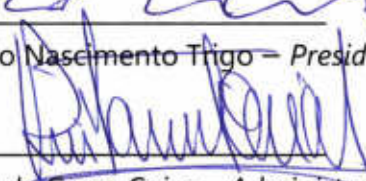
Oeiras, 28 de fevereiro de 2021

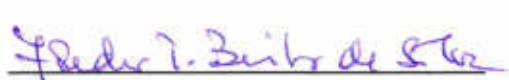
O Contabilista Certificado (Nº 61.236)


Pedro Nunes

O Conselho de Administração


Fernando do Nascimento Trigo – Presidente


Rui Manoel da Graça Coias – Administrador


João Pedro Brito da Silva – Administrador

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2020 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2020 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

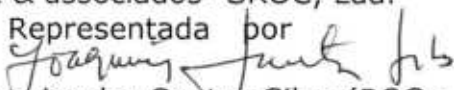
- O relatório de gestão e contas de 2020.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 05 de Março de 2021

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

**diz**

& associados-sroc, Lda



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 que evidencia um total de 7 130 500 euros e um total de capital próprio de 3 163 494 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 1 596 118 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Sem pôr em causa a opinião emitida, consideramos de importância para a compreensão das demonstrações financeiras relevar que os impactos da COVID 19, como facto subsequente, terão efeitos continuados nas mesmas, não sendo ainda possível quantifica-los derivado á sua imprevisibilidade quanto à extensão e à duração.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e



apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entré outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

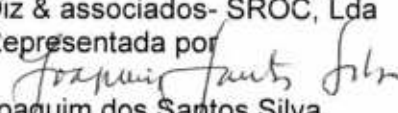
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 05 de Março de 2021

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por


Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383